

<b>Jornal Notícias</b>	Periodicidade: <b>Diário</b>
27-01-2021	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,7</b>

**Vacinação**  
**Deputados**  
**contestam**  
**prioridade**  
**aos políticos**

Plano arranca na  
próxima semana p. 7

# Deputados e partidos contestam prioridade para todos os políticos

Despacho de António Costa pede ao presidente do Parlamento para definir as prioridades para iniciar a vacinação na próxima semana



Vários deputados defenderam que, para já, não querem ser vacinados

**Hermana Cruz**  
hermana.cruz@jn.pt

**FLANO** O primeiro-ministro emitiu um despacho, antontem, que prevê que os titulares de órgãos de soberania, deputados e funcionários da Assembleia da República comecem a ser vacinados na próxima semana. Caberá aos responsáveis por cada entidade decidir quem será incluído nas prioridades. No caso da Assembleia da República, a decisão será de Ferro Rodrigues. O despacho está a causar polémica e vários deputados avisam que não querem ser vacinados como prioritários.

No entanto, não serão todos vacinados, uma vez que o despacho do primeiro-ministro sublinha a necessidade de escolher quem receberá a vacina nesta fase entre os titulares de órgãos de soberania, deputados, funcionários do Parlamento, membros dos órgãos das regiões autónomas, presidentes de Câmara, a provedora de Justiça, Conselho de Es-

tado e a magistratura do Ministério Público.

O despacho inclui como prioritários quatro ministros infetados com o coronavírus, mas o gabinete do primeiro-ministro esclareceu, ontem, que João Leão, Pedro Siza Vieira, João Gomes Cravinho e Ana Mendes Godinho não serão vacinados para já. A ministra da Saúde, que aparece em nono lugar no despacho (ler ficha), será também das primeiras figuras a imunizar.

“O primeiro-ministro elaborou um despacho, em que solicitava aos titulares dos órgãos de soberania que manifestassem a sua adesão à ideia de uma vacinação desses titulares, de acordo com prioridades que cada órgão de soberania definiria”, confirmou o presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa recusou avançar datas nem esclareceu se aceitará ser vacinado, justificando que é uma matéria “do foro das autoridades sanitárias”.

Esta alteração ao plano de vacinação (entre outras,

**SABER MAIS**

**Nos primeiros lugares** António Costa usou a lei orgânica do Governo para ordenar os membros do Executivo. Começando pelo primeiro-ministro, segue-se os ministros de Estado, Pedro Siza Vieira, João Leão, Mariana Vieira da Silva e Augusto Santos Silva. A seguir, o ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, a ministra da Justiça e a do Trabalho e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

**Temido em 9.º lugar** A ministra da Saúde só aparece em nono lugar, antes dos ministros do Ambiente, Matos Fernandes e das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos. Seguem-se os dois secretários de Estado da Saúde e os cinco que coordenam o combate regional à pandemia.

anunciadas antontem) não está a ser bem acolhida entre a classe política. Os deputados sociais-democratas Ricardo Batista Leite, Alexandre Poço e Cristóvão Norte já disseram que preferem esperar. O líder da Iniciativa Liberal, João Cotriativo Figueiredo, escreveu a Ferro Rodrigues, pedindo que a sua vacina seja “reservada a um profissional de saúde do setor social, privado ou público, que não tenha ainda sido vacinado”.

**GENERALIZAÇÃO EXCESSIVA** “Dar prioridade a todos os titulares de órgãos de soberania é um péssimo exemplo ao país e um insulto aos que mais sofrem”, criticou o líder do CDS/PP, Rodrigues dos Santos, oferecendo o seu lugar a um idoso.

Para o PCP, o despacho “tem uma generalização que se afigura excessiva”. O PEV concorda e acrescenta que “o mais importante é que se assegure a vacina a quem foi estabelecido como prioritário”. O BE defende que os políticos, que não são titulares de órgãos de soberania, sejam “vacinados em função dos critérios estabelecidos para a população”.

“Não devemos ultrapassar as prioridades em termos de saúde pública”, reforça Bebianna Cunha, do PAN. Já o PSD questionou Marta Temido sobre os profissionais de saúde que não foram vacinados. E o líder do Chega, André Ventura, recusa que um político seja vacinado antes “de todos os profissionais da linha da frente”. O PS é a favor: “Em matérias de saúde pública e funcionamento do Estado de direito, não pode ceder-se à demagogia e ao politicamente correto”, contrapõe o secretário-geral-adjunto do PS, José Luis Carneiro. ●

# UE quer controlar exportação de vacinas para evitar desvios

Comissão Europeia acusa a AstraZeneca de falta de transparência na justificação para o atraso de 49 milhões de doses destinadas aos 27 países

**PROTEÇÃO** Foi ainda em agosto que a União Europeia (UE) fechou com a AstraZeneca o primeiro acordo para a aquisição de vacinas contra a covid-19, em nome dos estados-membros. Na semana em que se espera que a Agência Europeia de Medicamentos autorize o seu uso na UE, a Comissão Europeia subiu o tom com a farmacêutica britânica-sueca, levantando a suspeita sobre se o atraso de 49 milhões de doses para a UE não se deve a um desvio para outros países.

Ontem, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, avisou os fabricantes de vacinas contra a covid-19, que receberam investimentos massivos da UE para o desenvolvimento das mesmas, que “têm de cumprir as suas promessas e honrar as suas obrigações”.

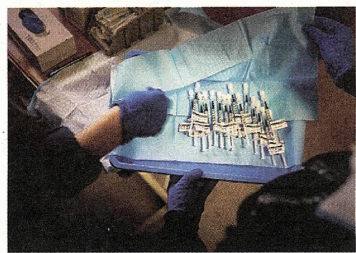
No dia anterior, os representantes dos 27 estados-membros e o executivo comunitário discutiram um mecanismo para garantir a transparência nas exportações das vacinas para fora do território da UE, a ser implementado o mais rápido possível. A Comissão Europeia quer que todas as farmacêuticas com contratos com a União passem a notificar previamente as exporta-

ções de vacinas produzidas no território europeu (com exceção para as entregas humanitárias). Uma medida de controlo que visa evitar mais derrapagens na distribuição de vacinas – a Pfizer também já tinha anunciado atrasos. Derrapagens que os britânicos temem vir a atrasar a entrega das doses da Pfizer-BioNTech, de que estão dependentes.

**FALHA INACEITÁVEL**

Segundo a comissária europeia para a Saúde, Stella Kyriakides, as explicações recebidas para o atraso das doses são “pouco claras e insuficientes”. O bloco comunitário considera inaceitável a redução dos 80 milhões de doses da AstraZeneca, previstas chegar aos países da UE até ao final de março, para apenas 31 milhões e quer que a farmacêutica revele quantas doses já produziu, onde e a que países foram distribuídas. A empresa tinha justificado a falha com os trabalhos para aumentar a capacidade produtiva numa das fábricas na Europa.

A vacina britânica deverá ter luz verde do regulador europeu esta sexta-feira. No Reino Unido começou a ser administrada no início do ano. ● **MILENE MARQUES**



UE quer evitar derrapagens na distribuição das doses